



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE-
FACE DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS-CCA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

CAROLINA SILVA CARNEIRO

***DISCLOSURE AMBIENTAL: UMA ANÁLISE ACERCA DA EVIDENCIAÇÃO
CONTÁBIL DAS EMPRESAS DO SETOR DE UTILIDADE PÚBLICA
LISTADAS NA BM&FBOVESPA.***

**Brasília - DF
2017**

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professora Doutora Cláudia da Conceição Garcia
Decana de Ensino de Graduação

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor José Antônio de França
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Paulo Augusto Pettenuzzo de Britto
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Noturno

CAROLINA SILVA CARNEIRO

***DISCLOSURE* AMBIENTAL: UMA ANÁLISE ACERCA DA EVIDENCIAÇÃO
CONTÁBIL DAS EMPRESAS DO SETOR DE UTILIDADE PÚBLICA LISTADAS
NA BM&FBOVESPA.**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília, como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Profa. Msc. Fernanda Jaqueline Lopes

Linha de Pesquisa: Impactos da Contabilidade na Sociedade

Área: Contabilidade Ambiental

**Brasília, DF
2017**

CARNEIRO, Carolina Silva.

Disclosure Ambiental: Uma análise acerca da evidenciação contábil das empresas do setor de Utilidade Pública listadas na BM&FBovespa / Carolina Silva Carneiro. - Brasília, 2017. 30f.

Orientadora: Profa. Fernanda Jaqueline Lopes. Mestre.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis)-
Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração e
Contabilidade, Departamento de Ciências Contábeis – Brasília, 2017.

1. Contabilidade Ambiental 2. *Disclosure Ambiental* 3. Setor de Utilidade Pública

CAROLINA SILVA CARNEIRO

***DISCLOSURE* AMBIENTAL: UMA ANÁLISE ACERCA DA EVIDENCIAÇÃO
CONTÁBIL DAS EMPRESAS DO SETOR DE UTILIDADE PÚBLICA
LISTADAS NA BM&FBOVESPA.**

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Msc. Fernanda Jaqueline Lopes
(Orientadora)

Prof^ª. Dra Fátima de Sousa Freire
(Avaliadora)

**Brasília, DF
2017**

*“Amar é contribuir para o mundo,
cada contribuição sendo o traço vivo do
eu que ama. No amor, o eu é, pedaço
por pedaço, transplantado para o
mundo.”*

Zygmunt Bauman

AGRADECIMENTOS

Meus primeiros e sinceros agradecimentos são à minha mãe, Elmira, que não mede esforços em me instruir a ser um ser humano melhor. Sua ternura me suscita ânimo nos momentos desafiadores e sua força perante a vida me inspira a buscar sempre a minha melhor versão. Por seu amor, obrigada!

Agradeço também ao meu pai, José Maria (*in memoriam*), cujo legado permanecerá sempre em meu coração.

Aos meus queridos amigos, João e Rayanne, pela ampla jornada de contínua lealdade, incentivo e reciprocidade. Vocês são incríveis.

Aos amigos que surgiram nesses anos de UnB, em especial ao Lucas, Rafael e Wallace, que acompanharam e compartilharam dos desafios vividos até chegar aqui. Vocês são exemplos de determinação.

À Professora Msc. Fernanda Jaqueline Lopes por assumir a responsabilidade de ser minha orientadora e pacientemente respaldar o desenvolvimento do trabalho. Sem seu cuidado, destreza e disponibilidade, a evolução teria sido ainda mais árdua.

Aos funcionários da Universidade de Brasília, em especial aos professores do departamento de Ciências Contábeis, por viabilizarem os conhecimentos, não apenas acadêmicos, apreendidos ao longo da graduação.

Por fim, a todos aqueles que de alguma forma me trouxeram até aqui.

RESUMO

O *disclosure* ambiental voluntário abarca a evidenciação de informações referentes ao meio ambiente. Apesar de não ser obrigatório, há uma crescente demanda social por uma postura responsável das empresas diante dos recursos naturais utilizados em suas operações, para, assim, mitigar seus danos e prolongar seus benefícios. Trata-se de uma pesquisa teórico-empírica de caráter exploratório, que objetiva averiguar as particularidades da evidenciação do *disclosure* ambiental de 38 entidades do setor de Utilidade Pública (Energia Elétrica, Gás, Água e Saneamento) listadas na BM&FBovespa. Optou-se por analisar o Relatório de Sustentabilidade, o Relatório da Administração e as Notas Explicativas divulgadas no período de 2014 à 2016. Os resultados demonstram que as empresas evidenciam mais informações relacionadas a “Políticas e investimentos ambientais”, “Desenvolvimento sustentável” e “Obediência (*compliance*) com as leis, licenças, normas e órgãos ambientais”. Corroborando com a teoria da legitimidade, observou-se maior evidenciação a respeito de informações positivas e minimização de aspectos negativos de desempenho. Observou-se uma disparidade do *disclosure* ambiental publicado nos relatórios analisados, sendo o Relatório de Sustentabilidade aquele com mais frequência de informações.

Palavras-chave: *Disclosure* Ambiental. Setor de Utilidade Pública da BM&FBovespa.

ABSTRACT

Voluntary environmental disclosure encompasses the disclosure of environmental information. Although it is not mandatory, there is a growing social demand for a responsible position of the companies against the natural resources used in their operations, in order to mitigate their damages and prolong their benefits. This is an exploratory theoretical-empirical research, which aims to investigate the particularities of disclosure of the environmental disclosure of 38 entities of the Utilities sector (Electric Power, Gas, Water and Sanitation) listed on BM & FBovespa. It was decided to analyze the Sustainability Report, the Management Report and the Explanatory Notes published in the period from 2014 to 2016. The results show that companies show more information related to "Environmental policies and investments", "Sustainable development" and " Compliance with environmental laws, licenses, standards and bodies. " Corroborating with the theory of legitimacy, there was more evidence regarding positive information and minimization of negative aspects of performance. There was a disparity in the environmental disclosure published in the reports analyzed, with the Sustainability Report being the most frequently used information.

Key-words: Environmental Disclosure. Public Utility Sector of BM&FBovespa.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Razões que influenciam a evidenciação contábil	15
Quadro 2 - Estudos a respeito do <i>disclosure</i> ambiental	17
Quadro 3 - Métrica para análise das informações ambientais	19

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Políticas Ambientais	21
Tabela 2 - Sistemas de Gerenciamento Ambiental	22
Tabela 3 - Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente	23
Tabela 4 - Energia	24
Tabela 5 - Informações Financeiras Ambientais.....	25
Tabela 6 - Educação, Treinamento e Pesquisa	25
Tabela 7 - Mercado de Crédito de Carbono	26
Tabela 8 - Outras Informações Ambientais	27
Tabela 9 – <i>Ranking</i> do <i>disclosure</i> ambiental voluntário do Setor de Utilizade Pública	28

LISTA DE ABREVIACOES

BM&FBovespa	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo
CER	Certificados de Emissões Reduzidas
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
GEE	Emissão de Gases do Efeito Estufa
ISSO	<i>International Organization for Standardization</i>
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
NBCT	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica
N.E.	Notas Explicativas
NPA	Norma e Procedimento de Auditoria
PDF	<i>Portable Document Format</i>
R.A.	Relatório da Administrao
R.S.	Relatório de Sustentabilidade

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Objetivo geral	14
1.2 Objetivos específicos	15
1.3 Justificativa	15
1.4 Organização do trabalho	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 <i>Disclosure</i>	16
2.2 Teoria da legitimidade e teoria da divulgação.....	17
3 METODOLOGIA	19
3.1 Definição da amostra e documento para análise.....	19
3.2 Coleta e análise dos dados.....	19
3.3 Limitações da pesquisa.....	21
4 ANÁLISE DOS DADOS	22
4.1 Políticas Ambientais.....	22
4.2 Sistemas de gerenciamento ambiental.....	23
4.3 Impactos dos produtos e processos no meio ambiente.....	24
4.4 Energia	24
4.5 Informações financeiras ambientais.....	25
4.6 Educação, treinamento e pesquisa.....	26
4.7 Mercado de crédito de carbono.....	27
4.8 Outras informações ambientais.....	27
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

1 INTRODUÇÃO

Eventos de alto prejuízo ambiental, como a Segunda Guerra Mundial e a Guerra do Vietnã, associados ao aquecimento global e ao desenvolvimento industrial, acirraram a demanda social por uma postura ambiental clara e consistente das empresas (RIBEIRO, 2005).

Para permanecerem competitivas e assegurarem legitimidade, é crescente o nível de divulgação do *disclosure* ambiental das organizações (FERNANDES, 2013). No Brasil as empresas de capital fechado não são obrigadas a divulgar informações de suas ações com o meio ambiente (CORREA, GONÇALVES e MORAES, 2015). Embora não seja obrigatória, a sua divulgação pode ser feita em caráter voluntário. Esse tipo de prática, além de aumentar a transparência, também contribui para que as entidades sejam reconhecidas como mais prudentes e úteis à sociedade (MACÊDO, MOURA, GOLLO, KLANN, 2014).

A qualidade da evidenciação está associada a diversas características das entidades. Sociedades por ações, normalmente, apresentam maiores níveis de evidenciação, pois objetivam a proteção dos interesses dos acionistas, assegurando, assim, maior transparência para o mercado de capitais (SCHULTZ, MARQUES, HOFER, 2010). A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) recomenda que investimentos ambientais sejam mencionados no Relatório da Administração (R.A.) e entende que ele é um elemento poderoso de comunicação entre a companhia, os investidores e a comunidade, devendo ser redigido com linguagem simples, para ser compreendido pelo maior número de usuários (PONTE e OLIVEIRA, 2004). No artigo 133 da lei 6.404/76, é instaurada a obrigatoriedade da elaboração e publicação do R.A., instrumento utilizado, dentre outras finalidades, para transmissão de dados sociais referentes à entidade. Atualmente, o projeto de lei nº 289/12, em tramitação no Senado Federal, propõe a alteração deste artigo para acrescentar, em caráter obrigatório, a divulgação do Relatório de Sustentabilidade (R.S.) das sociedades anônimas. Além disso, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) estabeleceu, em 2007, a necessidade dos agentes do segmento elétrico apresentarem anualmente seu Balanço Social, compreendendo, entre outras informações, as ambientais.

Posto isso, a pesquisa objetiva responder o seguinte problema: Como se dá o *disclosure* ambiental das empresas do setor de Utilidade Pública (Energia Elétrica, Gás, Água e Saneamento) listadas na BM&FBovespa no período de 2014 à 2016?

1.1 Objetivo geral

A presente pesquisa possui o objetivo de averiguar as particularidades da evidenciação do *disclosure* ambiental das empresas do setor de Utilidade Pública (Energia Elétrica, Gás, Água e Saneamento) listadas na BM&FBovespa no período de 2014 à 2016.

1.2 Objetivos específicos

Com o intuito de atingir o objetivo geral proposto, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- I) Identificar as principais práticas do *disclosure* voluntario do setor de Utilidade Pública (Energia Elétrica, Gás, Água e Saneamento) listadas na BM&FBovespa;
- II) Criar uma classificação do *disclosure* ambiental voluntário do Setor de Utilidade Pública.

1.3 Justificativa

Tendo em vista o elevado impacto social e ambiental das atividades exercidas pelo setor de utilidade pública, e também, por englobar empresas potencialmente poluidoras, identifica-se a importância da análise do *disclosure* ambiental publicado. Além disso, a elaboração da classificação a respeito dos níveis de divulgação voluntária entre os elementos da amostra permite clara visualização de quais segmentos evidenciam mais suas informações ambientais.

Objetivando transparência, controle e fiscalização do cumprimento da legislação, obter informações sobre como, quando e onde são evidenciados os dados, garante maior grau de confiabilidade aos usuários e justifica gastos com investimentos no setor.

Nesta perspectiva, a presente pesquisa possui relevância no tocante à maneira que as empresas do setor de Utilidade Pública publicam seus eventos e transações econômico-financeiras referentes ao meio ambiente, e como essas informações são transmitidas aos usuários.

1.4 Organização do trabalho

A estrutura do trabalho foi elaborada em cinco seções a contar com a introdução. Na segunda seção têm-se o referencial teórico, onde foi exposto sobre o *disclosure* ambiental e teoria da legitimidade. A terceira seção, referente à metodologia, elucida a estratégia utilizada para atingir o objetivo da pesquisa. Em seguida, dispõe-se a análise dos resultados e, por fim, a última seção contém as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Disclosure

A divulgação de ocorrências a respeito das atividades operacionais das entidades denomina-se “*disclosure*”, que segundo Zhang (2008), pode ser visto como um canal de transmissão informacional entre empresas e usuários.

O *disclosure* ambiental refere-se à evidenciação de informações advindas da contabilidade ambiental (CORREA, GONÇALVES, MORAES, 2015), que por sua vez, objetiva “identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiras que estejam relacionadas com a proteção, preservação e recuperação ambiental, visando à evidenciação da situação patrimonial de uma entidade” (RIBEIRO, 2005).

No Brasil não existe a obrigatoriedade da divulgação de relatórios referentes à conduta com o meio ambiente, entretanto, as empresas são convidadas a observarem recomendações emitidas por órgãos reguladores, como, por exemplo, o parecer de orientação nº 15/87, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que discorre sobre a elaboração e publicação do RA., das demonstrações financeiras e do parecer da auditoria. Recomenda-se, também, a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBCT) nº 15 (ROVER, BORBA, MURCIA, 2009). Neste sentido, a observância das orientações faz com que a entidade tenha um maior compromisso com o meio ambiente e bem comum.

Diversas são as razões pelas quais as entidades optam pela divulgação do *disclosure* voluntário. O Quadro 1, abaixo, apresenta a listagem elaborada por Gray e Bebbington (2001) acerca das razões que influenciam essa evidenciação.

Quadro 1 – Razões que influenciam a evidenciação contábil.

Razões para evidenciar	Razões para não evidenciar
Distrair atenção de outras áreas	Falta de incentivos
Se antecipar a ações regulatórias	Custo de levantamento e divulgação
Benefícios políticos	Evitar divulgação de informações confidenciais à concorrência
Vantagem competitiva	Falta de demanda para a informação
Direitos dos acionistas e stakeholders;	Ausência de requerimentos legais
Legitimar as atividades da entidade	Outras prioridades na divulgação
Impacto positivo no preço das ações	

Fonte: Adaptado de Gray e Bebbington (2001).

As demandas de alguns agentes também podem influenciar o nível do *disclosure* ambiental publicado, como, por exemplo, a pressão social, através da expectativa dos usuários e da atenção da mídia; a legislação e regulamentação, com acordos de impactos ambientais, liberdade de acesso à informação e agências de proteção ambiental; a indústria e

iniciativas voluntárias, por meio de prêmios ambientais; e, por fim, negócios e mercado, com a pressão de clientes e considerações dos funcionários (GRAY e BEBBINGTON, 2001).

Constata-se que algumas entidades reconhecem o diferencial competitivo em divulgar informações não obrigatórias, mas apesar da melhoria ao longo dos anos, há a necessidade de uma maior evolução na transparência e na qualidade das demonstrações das empresas brasileiras (PONTE e OLIVEIRA, 2004).

2.2 Teoria da legitimidade e teoria da divulgação

Segundo Deegan (2002), na perspectiva da teoria da legitimidade, os usuários são os responsáveis por definirem a condição de legitimidade das empresas. Rufino e Machado (2017) fundamentam que essa teoria pode ser realizada para mostrar que a organização está em conformidade com as expectativas da sociedade, ou para alterar algum julgamento negativo acerca da organização. Os instrumentos contábeis utilizados para gerenciar a percepção dos usuários a respeito das demonstrações, são os relatórios sociais e ambientais. Assim, possuem o potencial de criar efeitos de reputação e minimizar aspectos negativos de desempenho (BEBBINGTON, LARRINAGA e MONEVA, 2008).

Além da teoria da legitimidade, têm-se a teoria da divulgação (ou teoria do *disclosure* voluntário). Verrecchia (2010), buscou através de três categorias, definir os possíveis motivos da divulgação voluntária por parte das entidades:

- I – Divulgação baseada em Associação (*Association-based Disclosure*);
- II – Divulgação baseada em Julgamento (*Discretionary-based Disclosure*);
- III – Divulgação baseada em Eficiência (*Efficiency-based Disclosure*).

A primeira categoria elucida qual a relação existente entre a atitude do usuário mediante a divulgação contábil elaborada pela empresa; a segunda categoria inclui pesquisas a respeito dos fatores que determinam essa divulgação; e por fim, a última categoria compreende estudos sobre a existência de uma forma de divulgação mais efetiva preferida pelos gestores das organizações.

Priorizando a natureza da atual pesquisa, pretende-se ater à segunda categoria, pautada na premissa de que o nível do *disclosure* evidenciado pela entidade é diretamente proporcional aos benefícios econômicos angariados por seus gestores. Assim, para compreender a atitude de divulgar ou não informações, precisa-se primeiro conhecer os incentivos dos gestores se comportarem de determinada maneira (MURCIA e SANTOS, 2009). Segundo Guay e Verrecchia (2007), faz parte da estratégia empresarial que, na

maioria das vezes, apenas informações favoráveis acerca das organizações sejam evidenciadas.

O Quadro 2 descreve pesquisas similares a esta que comprovaram as teorias acima citadas ao analisarem o nível de evidenciação ambiental de empresas de capital aberto listadas na BM&FBovespa:

Quadro 2: Estudos a respeito do *disclosure* ambiental.

Autores	Síntese da Pesquisa
Rover, Borba e Murcia	Elencaram as características do <i>disclosure</i> voluntário ambiental de 57 empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa. Verificou-se que 90% das sentenças ambientais são declarações favoráveis à empresa; apesar de evidenciarem informações sobre passivos ambientais, as entidades registram seus valores em contas genéricas, o que prejudica a transparência das informações.
Gubiani, Santos e Beuren	Investigaram o nível de <i>disclosure</i> das informações ambientais das empresas de energia elétrica listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa. Os resultados obtidos foram que a maioria das evidenciações busca conferir uma imagem positiva às empresas. Aspectos negativos, como danos ambientais, passivos ambientais, derramamentos e/ou vazamentos praticamente não são evidenciados.
Correa, Gonçalves e Moraes	Identificaram, à luz da teoria da legitimidade, quais informações ambientais são divulgadas por 5 empresas do segmento de exploração e/ou refino do setor de petróleo, gás e biocombustíveis, listadas na BM&FBovespa. Concluíram que empresas divulgam informações ambientais mais superficiais do que específicas e detalhadas; investidores dispõem maior atenção aos aspectos relacionados ao meio ambiente; entidades brasileiras estão em busca de sua legitimidade, mas a divulgação apenas de "políticas ambientais" não é o suficiente.
Mussoi e Bellen	Analisaram, nas 28 empresas listadas na BM&FBovespa e na bolsa de Nova Iorque, quais os tipos de informações ambientais apresentam maior evidenciação. Obtiveram os seguintes resultados: existem diferenças extensas na quantidade e no conteúdo ambiental divulgado nos diferentes tipos de relatórios analisados; a maioria dos relatórios é de caráter mais generalista e superficial, o que dificulta a comparabilidade e a tomada de decisões; as empresas utilizam o relatório da administração para evidenciar que cumprem suas obrigações e deixam em segundo plano informações sobre litígios, performance ambiental ou possíveis passivos futuros.

Fonte: Elaboração própria.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa classifica-se como teórico-empírica de caráter exploratório, cujo objetivo é averiguar as particularidades da evidenciação do *disclosure* ambiental das empresas do setor de Utilidade Pública listadas na BM&FBovespa no período de 2014 à 2016.

Os aspectos metodológicos estão estruturados da seguinte maneira: (i) amostra, (ii) plano de análise e (iii) limitações da pesquisa.

3.1 Amostra

Inicialmente, a amostra da pesquisa compreendia 68 (sessenta e oito) empresas de capital aberto listadas na BM&FBovespa e integrantes do setor de Utilidade Pública (Energia Elétrica, Gás, Água e Saneamento). Em virtude da existência de entidades pertencentes ao mesmo grupo empresarial, optou-se por retirar as controladas e permanecer com as controladoras, evitando, assim, a duplicidade de documentos.

A amostra final é composta por 38 (trinta e oito) empresas separadas em dois grupos: 30 (trinta) empresas do segmento “Energia Elétrica”, grupo 1, e 8 (oito) empresas dos segmentos “Água e Saneamento” e “Gás”, grupo 2.

A divisão das empresas em dois grupos foi realizada para facilitar a visualização dos resultados e permitir a comparação dos valores encontrados entre os segmentos da amostra.

3.2 Plano de Análise

Com o intuito de elucidar as particularidades da evidenciação do *disclosure* ambiental da amostra selecionada, os procedimentos adotados estão elencados a seguir.

Levando em consideração a metodologia utilizada no trabalho de Silva, Alberton e Vicente (2013), optou-se por analisar a evidenciação ambiental voluntária a partir dos Relatórios da Administração (R.A.), Relatórios de Sustentabilidade (R.S.) e Notas Explicativas (N.E.) consolidados, dos exercícios de 2014 à 2016. Os dados foram selecionados no período de março/maio de 2017 no *site* da BM&FBovespa e quando não divulgados neste, recorreu-se aos *sites* das próprias companhias.

O objetivo nessa fase foi observar a frequência com que as sentenças, palavras chave, da métrica ocorriam nos relatórios. A fim de atingir um maior nível de precisão ao

extrair as informações desejadas dos documentos, utilizou-se o buscador dos arquivos em formato PDF (*Portable Document Format*). Posteriormente, com o auxílio de planilhas elaboradas no *Excel*[®], organizou-se os elementos obtidos para viabilizar a análise.

Para o desenvolvimento do presente trabalho, foi utilizada a estrutura conceitual elaborada por Murcia, Rover, Souza e Borba (2008), representada no Quadro 3, e também utilizada nos trabalhos de: Rover, Borba e Murcia (2009); Gubiani, Santos e Beuren (2012); Macêdo, Moura, Gollo e Klann (2014); Correa, Gonçalves e Moraes (2015). Ao escolher essa métrica, levou-se em consideração o expressivo número de trabalhos relevantes em que foi anteriormente utilizada e, também, sua conformidade com o parecer de orientação nº 15/87, da CVM e com a NBCT nº 15.

A métrica estabelece 8 categorias e 35 subcategorias, bem como as palavras chave utilizadas para a busca.

Quadro 3 – Métrica para análise das informações ambientais.

CATEGORIA		SUBCATEGORIA	PALAVRAS CHAVE
1	Políticas Ambientais	Declaração das políticas, práticas e ações atuais e futuras	Projetos, programas, próximo ano
		Estabelecimento de metas e objetivos ambientais	Metas, objetivos, finalidade
		Declarações indicando que a empresa está em obediência (<i>compliance</i>) com as leis, licenças, normas e órgãos ambientais	Licenças, <i>compliance</i> , índices, leis, normas
		Parcerias ambientais	Parcerias, em conjunto
		Prêmios e participações em índices ambientais	Prêmio, certificado
2	Sistemas de Gerenciamento Ambiental	ISOs 9000 e/ou 14.000	ISO, I.S.O.
		Auditoria Ambiental	Auditoria
		Gestão Ambiental	Gestão ambiental
3	Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente	Desperdícios/Resíduos	Gestão de resíduos
		Reciclagem	Reciclar, reaproveitar
		Impacto na Área da Terra Utilizada	Solo, impacto
		Uso Eficiente / Reutilização da Água	Água, uso consciente
		Vazamentos e derramamentos	Vazamento
4	Energia	Reparos aos danos ambientais	Danos, compensação
		Conservação e/ou utilização mais eficiente nas operações	Eficiência energética
		Utilização de materiais desperdiçados na produção de energia	Reutilizar, reaproveitar
		Discussão sobre a preocupação com a possível falta de energia	Racionamento, falta de energia
5	Informações Financeiras Ambientais	Desenvolvimento/Exploração de novas fontes de energia	Fontes alternativas, eólica, solar
		Investimentos Ambientais	Investimentos
		Custos/Despesas Ambientais	Custos, despesas
		Passivos/Provisões Ambientais	Passivos, provisões
		Práticas Contábeis de Itens Ambientais	Práticas Contábeis
		Seguro Ambiental	Seguro
6	Educação e Pesquisa	Ativos Ambientais tangíveis e intangíveis	Ativos
		Educação Ambiental (internamente e/ou comunidade)	Educação ambiental, oficina
		Pesquisas relacionadas ao meio ambiente	Pesquisas

7	Mercado de Crédito de Carbono	Projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)	Desenvolvimento limpo, MDL
		Créditos de Carbono	Carbono
		Emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE)	Efeito estufa, GEE
		Certificados de Emissões Reduzidas (CER)	Emissões Reduzidas
8	Outras Informações Ambientais	Qualquer menção sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável	Sustentabilidade
		Gerenciamento de Florestas/Reflorestamento	Florestal, reflorestamento
		Conservação da biodiversidade	Biodiversidade

Fonte: Adaptado de Murcia, Rover, Souza e Borba (2008).

Optou-se por suprimir duas subcategorias originalmente constantes no item 3: “Processo de Acondicionamento” e “Desenvolvimento de Produtos Ecológicos”. A adaptação foi necessária, pois os itens suplantados não se aplicam ao Setor de Utilidade Pública.

A escolha das palavras chave ocorreu mediante igualdade e semelhança às sentenças elencadas nas subcategorias e a reincidência dos termos ambientais constantes nos relatórios.

3.3 Limitações da Pesquisa

Para obtenção de uma pesquisa mais robusta e abrangente, estender a amostra à outros setores é uma opção a ser considerada. A seleção de outras fontes de dados, como, por exemplo, o balanço social e o relatório 20-F, também pode contribuir para o alcance de informações mais completas.

Além disso, a elaboração de um grupo de análise adicional, que separasse os segmentos de Gás, Água e Saneamento, seria interessante para permitir que cada área fosse contemplada separadamente, assim, não correria-se o risco dos resultados de um segmento contaminar o outro.

Outra limitação diz respeito à seleção das informações contidas na métrica, que mesmo tendo sido aplicada em pesquisas anteriores, pode ter sido influenciada pelo viés de seus autores (MURCIA e SANTOS, 2009).

4 ANÁLISE DOS DADOS

O *disclosure* ambiental divulgado pelas companhias foi analisado mediante oito categorias: ambiente de negócios, atividade operacional, aspectos estratégicos, informações financeiras, índices financeiros e governança corporativa.

Buscando melhor visualização dos resultados, criou-se dois grupos que representam o Setor de Utilidade Pública: grupo 1, Segmento de Energia Elétrica; e grupo 2, Segmento de Gás, Água e Saneamento. Para cada grupo foram atribuídos dois valores: o primeiro (Nº), representando o número de empresas que manifestaram a sentença ambiental analisada em seus relatórios; e o segundo (%), representando a porcentagem correspondente a cada N° dentro do grupo.

4.1. Políticas Ambientais

A primeira categoria aborda informações sobre o *compliance*, condecorações e declarações das práticas ambientais das entidades. Corroborando com a teoria da legitimidade, nota-se que a maioria das informações apresentadas são de teor beneficiador e possuem o potencial de minimizar fatos negativos de desempenho.

Tabela 1 – Informações sobre Políticas Ambientais.

Políticas Ambientais	2016				2015				2014			
	GRUPO 1*		GRUPO 2**		GRUPO 1*		GRUPO 2**		GRUPO 1*		GRUPO 2**	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Declaração das políticas, práticas e ações atuais e futuras	20	67%	5	62%	18	60%	6	75%	18	60%	6	75%
Estabelecimento de metas e objetivos ambientais	14	47%	3	37%	14	47%	4	50%	14	47%	2	25%
Declarações indicando que a empresa está em observância (<i>compliance</i>) com as leis, licenças, normas e órgãos ambientais	20	67%	3	37%	19	63%	4	40%	17	57%	4	50%
Parcerias ambientais	15	50%	3	37%	9	30%	4	50%	14	47%	4	50%
Prêmios e participações em índices ambientais	12	40%	2	25%	13	43%	2	25%	13	43%	4	50%

Fonte: Adaptado de Murcia, Rover, Souza e Borba (2008).

*Grupo 1 – Segmento de Energia Elétrica.

**Grupo 2 – Segmento de Gás, Água e Saneamento.

O grupo 1 obteve como maior frequência as “Declarações das políticas, práticas e ações atuais e futuras”, com 67% das empresas em 2016, 63% em 2015 e 60% em 2014. Já as menores frequências observadas ocorreram na subcategoria “Prêmios e participações em índices ambientais”, com 40% das empresas em 2016 e 43% nos anos anteriores.

Semelhantemente ao primeiro grupo, no segundo, a sentença “Declarações das políticas, práticas e ações atuais e futuras” surgiu com mais regularidade em todos os anos: 2016, apresentando um índice de 62% das empresas; 2015 e 2014, com 75% cada. As menores periodicidades em 2016 e 2015 estão em “Prêmios e participações em índices ambientais”, com 25% respectivamente. Já no ano de 2014, a menor frequência foi na subcategoria de “Estabelecimento de metas e objetivos ambientais”, com 25% das empresas.

Mediante a observação das frequências obtidas em “Políticas Ambientais”, é possível observar que as declarações mais ocorridas nos relatórios analisados são de caráter beneficiador, com potencial de criar efeitos de reputação e melhorar o julgamento dos usuários perante as organizações (teoria da legitimidade).

4.2 Sistemas de Gerenciamento Ambiental

Práticas de gestão ambiental são salientadas nessa seção e sua relevância está associada à crescente preocupação social pela temática.

Vale ressaltar que ISO, *International Organization for Standardization*, trata-se de uma entidade de padronização e normatização, cujo objetivo é estabelecer pressupostos para o gerenciamento da gestão ambiental (OLIVEIRA, SERRA, 2010). O certificado é obtido mediante pagamento e adequação das empresas às exigências do órgão.

Tabela 2 – Informações sobre os Sistemas de Gerenciamento Ambiental.

Sistemas de Gerenciamento Ambiental	2016				2015				2014			
	GRUPO 1*		GRUPO 2**		GRUPO 1*		GRUPO 2**		GRUPO 1*		GRUPO 2**	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
ISOs 9000 e/ou 14.000	14	47%	3	37%	13	43%	3	37%	14	47%	5	62%
Auditoria Ambiental	5	17%	1	12%	4	13%	1	12%	6	20%	0	0%
Gestão Ambiental	19	63%	4	50%	18	60%	6	75%	17	57%	6	75%

Fonte: Adaptado de Murcia, Rover, Souza e Borba (2008).

*Grupo 1 – Segmento de Energia Elétrica.

**Grupo 2 – Segmento de Gás, Água e Saneamento.

Em “Sistemas de Gerenciamento Ambiental”, tanto o grupo 1, quanto o grupo 2, apresentam maior frequência de informações na subcategoria “Gestão ambiental”, e menor na “Auditoria ambiental”. Corroborando, assim, com a teoria da legitimidade, onde as empresas tentem a concentrar um maior nível de informações beneficiadoras a respeito de suas operações.

As maiores frequências do primeiro grupo foram: 63% das entidades em 2016, 60% em 2015 e 57% em 2014. Já as menores foram: 17% em 2016, 13% em 2015 e 20% em 2014.

Os maiores resultados do segundo grupo revelam uma frequência de 50% das entidades em 2016 e 75% nos anos anteriores. As menores periodicidades correspondem a 12% nos dois primeiros anos e sem menções no último.

4.3 Impacto dos Produtos e Processos no Meio Ambiente

Apesar de serem potencialmente poluidoras devido ao seu segmento de atuação, as empresas do Setor de Utilidade Pública possuem a oportunidade de mitigar, atenuar e reparar os danos que venham causar ao meio ambiente. A presente categoria destina-se à informações sobre os impactos e respectivas ações restauradoras promovidas pelas entidades. Posto isso, há a tendência de que haja um alto índice de divulgação, devido ao poder beneficiador das sentenças aqui descritas.

Assim, analisando os resultados, nota-se que a subcategoria de “Desperdícios e resíduos” foi a mais contemplada pelos dois grupos: no primeiro grupo com 57% das empresas em 2016, 63% em 2015 e 67% em 2014; e no segundo grupo com 62% das entidades em todos os anos analisados. Tal resultado pode ser interpretado

Já a sentença “Impacto na area de terra utilizada” foi a menos mencionada pelos dois grupos: no primeiro grupo com 20% das empresas em 2016 e 17% nos anos anteriores; e no segundo grupo com 12% em 2016, sem menções em 2015 e 12% em 2014. Por conterem informações a respeito dos impactos negativos causados pelas ações das entidades, há a tendência de que as frequências sejam menores, assim como os resultados encontrados.

Tabela 3 – Informações sobre o Impacto dos Produtos e Processos no Meio Ambiente.

Impacto dos Produtos e Processos no Meio Ambiente	2016				2015				2014			
	GRUPO 1*		GRUPO 2**		GRUPO 1*		GRUPO 2**		GRUPO 1*		GRUPO 2**	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Desperdícios e Resíduos	17	57%	5	62%	19	63%	5	62%	20	67%	5	62%
Reciclagem	17	57%	3	37%	17	57%	4	50%	17	57%	4	50%
Impacto na Area da Terra Utilizada	6	20%	1	12%	5	17%	0	0%	5	17%	1	12%
Uso Eficiente / Reutilização da Água	11	37%	4	50%	13	43%	4	40%	14	47%	4	50%
Vazamentos e derramamentos	9	30%	2	25%	12	40%	3	37%	8	27%	3	37%
Reparos aos danos ambientais	14	47%	1	12%	12	40%	1	12%	15	50%	1	12%

Fonte: Adaptado de Murcia, Rover, Souza e Borba (2008).

*Grupo 1 – Segmento de Energia Elétrica.

**Grupo 2 – Segmento de Gás, Água e Saneamento.

4.4 Energia

Tendo em vista as crises hídricas enfrentadas nos últimos anos, a preocupação com a redução do consumo de energia e a possível escassez de água estão presentes na

sociedade. Do mesmo modo, é evidente o interesse de algumas empresas em desenvolver novas fontes energéticas para, assim, ofertarem condições alternativas de produção à comunidade.

Posto isso, a subcategoria mais mencionada em “Energia” pelo grupo 1, foi a de “Desenvolvimento/Exploração de novas fontes de energia”, com as seguintes frequências: 57% das entidades em 2016, 60% em 2015 e 57% em 2014. Já a subcategoria mais evidenciada no grupo 2, foi a de “Conservação e/ou utilização mais eficiente nas operações”, com 37% das organizações no primeiro ano, 50% no segundo e 37% no terceiro.

Os menores resultados do grupo 1 estão em “Utilização de materiais desperdiçados na produção de energia”, com 10% das empresas nos dois primeiros anos e com 7% no último ano. Já o grupo 2 não apresenta algum tipo de ocorrência ambiental na subcategoria “Desenvolvimento/exploração de novas fontes de energia”.

Tabela 4 – Informações sobre Energia.

Energia	2016				2015				2014			
	GRUPO 1*		GRUPO 2**		GRUPO 1*		GRUPO 2**		GRUPO 1*		GRUPO 2**	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Conservação e/ou utilização mais eficiente nas operações	17	57%	3	37%	14	47%	4	50%	15	50%	3	37%
Utilização de materiais desperdiçados na produção de energia	3	10%	1	12%	3	10%	2	25%	2	7%	0	0%
Discussão sobre a preocupação com a possível falta de energia	7	23%	2	25%	9	30%	2	25%	7	23%	1	12%
Desenvolvimento/Exploração de novas fontes de energia	17	57%	0	0%	18	60%	0	0%	17	57%	0	0%

Fonte: Adaptado de Murcia, Rover, Souza e Borba (2008).

*Grupo 1 – Segmento de Energia Elétrica.

**Grupo 2 – Segmento de Gás, Água e Saneamento.

4.5 Informações Financeiras Ambientais

Além de eventos qualitativos, fatos financeiros relacionados ao meio ambiente também podem influenciar a continuidade de uma entidade, logo, há a necessidade de controlar essas informações. A subcategoria de “Investimentos Ambientais” evidencia a preocupação a respeito da temática e foi a mais mencionada pelos dois grupos: no primeiro grupo, com 67% das empresas em 2016 e 63% nos anos anteriores; e no segundo grupo, com 62% em 2016 e 75% em 2015 e em 2014. Por se tratarem de empresas potencialmente poluidoras, há a tendência de que as frequências nessa subcategoria sejam maiores, evidenciando aos usuários, que as entidades adotam uma postura responsável e mitigatória dos danos causados ao meio ambiente.

Em contrapartida, as subcategorias de “Custos/Despesas ambientais”, “Práticas Contábeis de itens ambientais” e “Ativos ambientais tangíveis e intangíveis” não obtiveram alguma referência nos relatórios analisados de ambos os grupos.

Tabela 5 – Informações Financeiras Ambientais.

Informações Financeiras Ambientais	2016				2015				2014			
	GRUPO 1*		GRUPO 2**		GRUPO 1*		GRUPO 2**		GRUPO 1*		GRUPO 2**	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Investimentos Ambientais	20	67%	5	62%	19	63%	6	75%	19	63%	6	75%
Custos/Despesas Ambientais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Passivos/Provisões Ambientais	7	23%	1	12%	6	20%	1	12%	3	10%	1	12%
Práticas Contábeis de Itens Ambientais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Seguro Ambiental	1	3%	0	0%	1	3%	0	0%	0	0%	0	0%
Ativos Ambientais tangíveis e intangíveis	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%

Fonte: Adaptado de Murcia, Rover, Souza e Borba (2008).

*Grupo 1 – Segmento de Energia Elétrica.

**Grupo 2 – Segmento de Gás, Água e Saneamento.

4.6 Educação, Treinamento e Pesquisa

Projetos de educação ambiental são uma excelente maneira de conscientização dos funcionários e da comunidade. Além disso, os programas de pesquisa e desenvolvimento também corroboram para o progresso eficiente da preservação do meio ambiente. Entidades com investimentos nesses setores tendem a serem melhor percebidas pelos usuários, o que pode justificar o alto índice de evidenciação nas subcategorias seguintes.

Tabela 6 – Informações sobre Educação, Treinamento e Pesquisa.

Educação e Pesquisa	2016				2015				2014			
	GRUPO 1*		GRUPO 2**		GRUPO 1*		GRUPO 2**		GRUPO 1*		GRUPO 2**	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Educação Ambiental (interna e/ou externa)	16	53%	5	62%	17	57%	6	75%	18	60%	6	75%
Pesquisas a respeito do meio ambiente	17	57%	2	25%	17	57%	2	25%	19	63%	2	25%

Fonte: Adaptado de Murcia, Rover, Souza e Borba (2008).

*Grupo 1 – Segmento de Energia Elétrica.

**Grupo 2 – Segmento de Gás, Água e Saneamento.

As duas subcategorias aqui analisadas obtiveram altos índices de publicação. No grupo 1, “Pesquisas relacionadas ao meio ambiente” apresentou maior frequência nos relatórios, com 57% de empresas nos dois primeiros anos e 63% no último ano analisado. Já no grupo 2, “Educação ambiental” obteve maior número de menções, com 62% no primeiro ano e 75% nos anos anteriores.

Os menores resultados do grupo 1 estão em “Educação ambiental”, com 53% das empresas em 2016, 57% em 2015 e 60% em 2014. Já o grupo 2 apresenta menos sentenças ambientais na subcategoria “Pesquisas a respeito do meio ambiente”, com 25% em todos os anos analisados.

4.7 Mercado de Crédito de Carbono

Os créditos de carbono são certificados emitidos com o intuito de reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e promover um desenvolvimento limpo (MDL) das companhias. Obter menções a respeito dessa temática é um fator que beneficia as entidades diante dos usuários.

Posto isso, a subcategoria de “Emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE)” foi a mais mencionada pelos dois grupos: no primeiro grupo, com 43% das empresas nos dois primeiros anos e 47% em 2014; e no segundo grupo, com 25% em 2016 e 37% nos anos anteriores. Maiores frequências pelo grupo 2 nessa subcategoria, podem causar efeito beneficiador perante os usuários (teoria da legitimidade), já que uma de suas atividades principais refere-se à produção de Gás.

Em contrapartida, a subcategoria de “Certificados de Emissões Reduzidas (CER)” não obteve alguma sentença ambiental nos relatórios analisados.

Tabela 7 – Informações sobre Mercado de Crédito de Carbono.

Mercado de Crédito de Carbono	2016				2015				2014			
	GRUPO 1*		GRUPO 2**		GRUPO 1*		GRUPO 2**		GRUPO 1*		GRUPO 2**	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)	3	10%	0	0%	4	13%	0	0%	4	13%	1	12%
Créditos de Carbono	4	13%	0	0%	7	23%	0	0%	10	33%	0	0%
Emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE)	13	43%	2	25%	13	43%	3	37%	14	47%	3	37%
Certificados de Emissões Reduzidas (CER)	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%

Fonte: Adaptado de Murcia, Rover, Souza e Borba (2008).

*Grupo 1 – Segmento de Energia Elétrica.

**Grupo 2 – Segmento de Gás, Água e Saneamento.

4.8 Outras Informações Ambientais

A presente categoria destina-se à evidenciação do gerenciamento de recursos naturais, bem como informações quanto à sustentabilidade das entidades. Mediante sua relevância para um *disclosure* ambiental mais completo, é de se esperar que haja uma maior frequência de menções nos relatórios dos dois grupos.

Assim, analisando os resultados, nota-se que “Qualquer menção sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável” foi a subcategoria mais contemplada pelos

dois grupos: no primeiro grupo, com 73% das empresas em 2016, 67% em 2015 e 73% em 2014; e no segundo grupo com 62% das entidades em 2016, 75% nos anos anteriores.

As menores periodicidades do grupo 1 em 2016 foi em “Conservação da biodiversidade”, com 37% das empresas. Já nos anos anteriores, o grupo obteve um total de 37% das entidades na subcategoria “Gerenciamento de florestas e reflorestamento”. O grupo 2 apresenta menos publicações de itens ambientais na mesma categoria do grupo 1, porém, com a frequência de 12% das organizações nos três anos analisados.

Tabela 8 – Outras Informações Ambientais.

Outras Informações Ambientais	2016				2015				2014			
	GRUPO 1*		GRUPO 2**		GRUPO 1*		GRUPO 2**		GRUPO 1*		GRUPO 2**	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Qualquer menção sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável	22	73%	5	62%	20	67%	6	75%	22	73%	6	75%
Gerenciamento de Florestas e Reflorestamento	12	40%	1	12%	11	37%	1	12%	11	37%	1	12%
Conservação da biodiversidade	11	37%	3	37%	15	50%	3	37%	14	47%	4	50%

Fonte: Adaptado de Murcia, Rover, Souza e Borba (2008).

*Grupo 1 – Segmento de Energia Elétrica.

**Grupo 2 – Segmento de Gás, Água e Saneamento.

4.9 Classificação do *disclosure* ambiental voluntário do Setor de Utilidade Pública

Atendendo ao objetivo específico de criar um *ranking* com os maiores e menores níveis de divulgação voluntária entre segmentos da amostra, elaborou-se a tabela 9.

Tabela 9 – *Ranking* do *disclosure* ambiental voluntário do Setor de Utilidade Pública.

CATEGORIAS		2016		2015		2014	
		MAIOR	MENOR	MAIOR	MENOR	MAIOR	MENOR
1	Políticas Ambientais	Grupo 1*	Grupo 2**	Grupo 2**	Grupo 1*	Grupo 2**	Grupo 1*
2	Sistemas de Gerenciamento Ambiental	Grupo 1*	Grupo 2**	Grupo 1*	Grupo 2**	Grupo 2**	Grupo 1*
3	Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente	Grupo 1*	Grupo 2**	Grupo 1*	Grupo 2**	Grupo 1*	Grupo 2**
4	Energia	Empate	Empate	Empate	Empate	Grupo 1*	Grupo 2**
5	Informações Financeiras Ambientais	Grupo 1*	Grupo 2**	Grupo 1*	Grupo 2**	Grupo 2**	Grupo 1*
6	Educação, Treinamento e Pesquisa	Empate	Empate	Empate	Empate	Empate	Empate
7	Mercado de Crédito de Carbono	Grupo 1*	Grupo 2**	Grupo 1*	Grupo 2**	Grupo 1*	Grupo 2**
8	Outras Informações Ambientais	Grupo 1*	Grupo 2**	Grupo 1*	Grupo 2**	Grupo 2**	Grupo 1*

Fonte: Elaboração própria.

*Grupo 1 – Segmento de Energia Elétrica.

**Grupo 2 – Segmento de Gás, Água e Saneamento.

Depreende-se que em 2016, o grupo 1 obteve mais menções à sentenças ambientais, já que obteve maiores porcentagem em seis das oito categorias analisadas. Em 2015, o resultado superior se repete, com cinco porcentagens maiores do que o grupo 2. Já em 2014, o grupo 1 se sobressai com quadro sentenças mais divulgadas nos relatórios analisados.

O maior nível de frequências evidenciadas pelo grupo 1, segmento de energia elétrica, pode-se justificar por sua amostra ser consideravelmente maior do que o grupo 2, e pela obrigatoriedade legal da divulgação de informações ambientais em seus relatórios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por objetivo averiguar as particularidades da evidenciação do *disclosure* ambiental das empresas do setor de Utilidade Pública (Energia Elétrica, Gás, Água e Saneamento) listadas na BM&FBovespa no período de 2014 à 2016. A amostra final compreende 38 (trinta e oito) empresas e o trabalho classifica-se como teórico-empírico de caráter exploratório.

Foi observado ao final da pesquisa, que quando é possível evidenciar informações benéficas, as entidades a fazem, para, assim, serem melhor percebidas pelos usuários. Sentenças a respeito de “Passivos, custos e despesas ambientais”, “Vazamentos e derramamentos “ e “Impacto na área de terra utilizada” são consideravelmente menos divulgadas do que declarações sobre “Investimentos”. Essa observação corrobora com a teoria da legitimidade, onde as entidades alegam, através de seus relatórios, que estão em conformidade com as expectativas sociais, possibilitando a minimização de aspectos negativos de desempenho (BEBBINGTON, LARRINGA e MONEVA, 2008).

Resultados semelhantes foram alcançadas na pesquisa realizada por Gubiani, Santos e Beuren (2012), ao perceberem que a maioria das evidenciações busca conferir uma imagem positiva às empresas e aspectos negativos, como passivos e danos ambientais, derramamentos e/ou vazamentos praticamente não são divulgados.

A premissa de que o nível de *disclosure* evidenciado pelas entidades é diretamente proporcional aos benefícios econômicos angariados por seus gestores, integra a teoria da divulgação. Ao analisarem os relatórios das empresas, os usuários tendem a credibilizar aquelas cujas informações sejam positivas e, conseqüentemente, a probabilidade de investirem recursos econômicos nessas é maior.

Posto isso, observa-se que as sentenças divulgadas com mais frequência na métrica possuem informações otimistas, aumentando, assim, a possibilidade das empresas receberem investimentos.

As subcategorias com maior número de publicações ambientais foram: “Declaração das políticas, práticas e ações atuais e futuras”, “Declarações indicando que a empresa está em obediência (*compliance*) com as leis, licenças, normas e órgãos

ambientais”, “Investimentos ambientais” e “Qualquer menção sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.”

Em relação aos relatórios analisados, observaram-se diferenças consideráveis do número de menções publicadas em cada um. O R.S. é o que mais contém frequências informacionais, o R.A. está logo em seguida e as N.E. possuem poucas referências ambientais. Apesar de não ser obrigatório, e de nem todas as empresas divulgarem, há um maior nível de *disclosure* ambiental constante no R.S.. Torna-lo um documento de necessária publicação, com seus devidos regulamentos, elevaria o nível de transparência e confiabilidade atribuídas às entidades pelos usuários.

Em sua pesquisa similar, Mussoi e Bellen (2010) identificaram que existem diferenças extensas na quantidade e no conteúdo ambiental divulgado nos relatórios e que a maioria é de caráter generalista e superficial, o que dificulta a comparabilidade e tomada de decisão.

Comparando as frequências totais dos dois grupos analisados, notou-se que o Segmento de Energia Elétrica apresentou maior quantidade de sentenças ambientais.

Vale ressaltar que a presente pesquisa possui limitações e seria melhor explorada caso a amostra e os anos de análise fossem estendidos. Incluir outros setores de atuação listados na BM&FBovespa também contribuiria para um trabalho mais robusto.

Por fim, esse estudo visa contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico em ciências contábeis através de conclusões a respeito da análise do *disclosure* ambiental das empresas do Setor de Utilidade Pública listadas na BM&FBovespa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEBBINGTON, Jan; LARRINAGA, Carlos; MONEVA, Jose M. *Corporate social reporting and reputation risk management. Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 21, n. 3, p. 337-361, 2008.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Parecer de Orientação CVM 15**. Disponível em: < <http://www.cvm.gov.br/legislacao/pare/pare015.html>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

CORREA, Juliane Campoe; GONÇALVES, Marguit Neumann; MORAES, Romildo de Oliveira. *Disclosure ambiental das companhias do setor de petróleo, gás e biocombustíveis listadas na BM&FBovespa: Uma análise à luz da teoria da legitimidade. Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – GeAS*, vol. 4, n. 3, set/dez. 2015.

DEEGAN, Craig. *The legitimising effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation. Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v.15, n.3, p.282-311.

FERNANDES, S.M. Fatores que influenciam o disclosure ambiental: Um estudo nas empresas brasileiras no período de 2006 a 2010. **Revista Ambiente Contábil**, v.5, n.2, p.250-267, 2013.

GONÇALVES, Rodrigo de Souza; MEDEIROS, Otávio Ribeiro de; NIYAMA, Jorge Katsumi; WEFFORT, Elionor Farah Jreige. *Social Disclosure e custo de capital próprio em companhias abertas no Brasil. Revista de Contabilidade e Finanças – USP*, São Paulo, v. 24, n. 62, p. 113-124, maio/jun./jul./ago. 2013.

GRAY, R.; BEBBINGTON, J. *Accounting for the environmental*. 2 ed. Londres: Sage, 2001.

MACÊDO, Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro; MOURA, Geovanne Dias de; GOLLO Vanderlei; KLANN Roberto Carlos. Evidenciação ambiental voluntária de companhias listadas no índice carbono eficiente da BM&FBovespa. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v.13, n.1, p. 329-352, jan./abr. 2014.

GUBIANI, Clésia Ana; SANTOS, Vanderlei dos Santos; BEUREN, Ilse Maria. *Disclosure Ambiental das empresas de energia elétrica listadas no Índice de*

Sustentabilidade Empresarial (ISE). **Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v.7, n.2, jul/dez 2012.

MUSSOI, Alex; BELLEN, Hans Michael Van. Evidenciação ambiental: uma comparação do nível de evidenciação entre os relatórios de empresas brasileiras.

Revista de Contabilidade e Organizações, v.4, n.9, p.55-78, mai/ago 2010.

OLIVEIRA, Otávio José de; SERRA, José Roberto. Benefícios e dificuldades da gestão ambiental com base na ISO 14001 em empresas industriais de São Paulo.

Revista Produção, v. 20, n. 3, p. 429-438, jul/set 2010.

PONTE, Vera Maria Rodrigues; OLIVEIRA, Marcelle Colares. A prática de evidenciação de informações avançadas e não obrigatórias nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças – USP**, São Paulo, n. 36, p.7 – 20, set/dez 2004.

PALÁCIO DO PLANALTO. **Lei 6.404/76**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 27 jun. 2017.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2005.

ROVER, Suliani; BORBA, José Alonso; MURCIA, Fernando Dal Ri. Características do disclosure ambiental de empresas brasileiras potencialmente poluidoras: análise das demonstrações financeiras e dos relatórios de sustentabilidade do período de 2005 a 2007. **Revista Contemporânea de Economia e Gestão – CONTEXTUS**, v.7, n.1, p.23-36, jan/jun. 2009.

RUFINO, Maria Audenôra; MACHADO, Márcia Reis. Relação de dependência entre a divulgação voluntária social e ambiental e as características das empresas de capital aberto no Brasil. **Revista Ambiente Contábil**, v. 9, n. 1, p. 344-363 jan./jun. 2017.

SCHULTZ, Charles Albino; OLIVEIRA, Tatiane de; HOFER, Elza. Análise do nível de disclosure voluntário de informações ambientais, econômicas e sociais em cooperativas do setor agropecuário. **Congresso USP – Controladoria e Contabilidade**, n.10, 2010, São Paulo.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei do Senado nº 289/2012**. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/106810>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

SILVA, Tiago Lucimar da; ALBERTON, Luiz; VICENTE, Ernesto Fernando Rodrigues. Práticas de *disclosure* voluntário das empresas do setor elétrico: uma análise a partir do modelo de Murcia. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v.12, n. 35, p. 48-62, abr/jul. 2013.